



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



**Processo nº 35161/2005**

**Origem:** Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF

**Assunto: Concurso Público**

**Ementa:** Concurso público para admissão nos cargos de Consultor Legislativo, Consultor Técnico Legislativo e Técnico Legislativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal, regulado pelo Edital nº 1/2005-CLDF. Instrução da 4ª ICE opinando pelo conhecimento da matéria, por recomendação à CLDF e por diligência junto à CLDF, para o saneamento das pendências indicadas às fls. 25 e 26. Acolhimento parcial desta opinião.

**Data de publicação do edital:** 27/10/05

**Período de inscrição:** 7 a 20 de novembro de 2005

**Data de inserção em pauta:** 08.11.2005

Cuidam os autos do exame do Edital nº 1/2005-CLDF, regulamentando o concurso público destinado à admissão nos cargos de Consultor Legislativo, Consultor Técnico Legislativo e Técnico Legislativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Os documentos de fls. 20 e 21 comprovam a publicação do aviso do concurso em jornal local, diário e de grande circulação.

A 4ª ICE, na instrução de fls. 22 a 28, analisa de forma minuciosa, com o devido cuidado que lhe é peculiar, a disposição do referido edital normativo, quanto aos seus aspectos essenciais relacionados com a autorização do órgão competente, prazo de validade do certame, taxa de inscrição, requisito para assunção dos cargos, reserva de vagas para deficientes físicos, data da realização das provas, previsão para interposição de recursos, legislação de regência dos cargos e homologação do resultado final do concurso.

Ante o resultado do exame, a unidade instrutiva manifesta-se pelo conhecimento do edital em referência, por recomendação à CLDF e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.: 32  
Proc.35161/05  
Rubrica

pela necessidade da realização de diligência, com o objetivo do saneamento das seguintes pendências, *verbis*:

*“III - ...*

*a) se ainda não o fez, remeta ao TCDF cópia do ato autorizativo para a realização do concurso regulado pelo Edital nº 01/2005, em obediência ao disposto no art. 6º da Resolução-TCDF n.º 168/2004;*

*b) estabeleça, efetuando as retificações editalícias pertinentes, outra opção para a sistemática de interposição de recursos pelos candidatos, além da especificada no subitem 24.3 do Edital nº 01/2005, na forma convencional ou de maneira similar à disposta no subitem 5.9 desse edital para a efetuação de inscrições;*

*IV) retifique o Edital nº 1/2005 para que:*

*a) mencione o regime jurídico pelo qual serão regidos os cargos a serem exercidos;*

*b) no subitem 4.3 seja especificada a idade mínima de 18 (dezoito) anos como requisito para a investidura em todos os cargos/categorias, tendo em vista que esta Corte, no Processo nº 2433/99, mediante a Decisão nº 9580/00, considerou que a Lei nº 2107/98 guarda incompatibilidade com: os arts. 5º, caput; 7º, incisos XXX e XXXIII; 37, inciso I e § 4º; 39, § 3º e 228 da Constituição Federal c/c os arts. 71, § 1º, inciso II, e 100, inciso VI, da Lei Orgânica do DF e arts. 6º e 9º, § 1º, inciso III, do Código Civil e 27 do Código Penal;*

*c) especifique, no que concerne aos cargos de Consultor Técnico Legislativo – categoria: Inspetor de Polícia Legislativa e de Técnico Legislativo – categoria : Policial Legislativo, que:*

*1) na eventualidade de convocação de mais de uma turma para a etapa de Treinamento Específico, o prazo de validade do concurso será contado a partir da homologação do resultado da primeira turma convocada;*

*2) a documentação relacionada no subitem 25.1.2 seja apresentada somente no momento da posse, conforme dispõe a Lei nº 8112/90, aplicada à CLDF na forma da Resolução-CLDF nº 35/91 (art. 74);*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

Fls.: 32  
Proc.35161/05  
Rubrica

*d) modifique o prazo máximo estabelecido para a interposição de recursos (subitem 24.2) para 3 (três) dias úteis, conforme dispõe o art. 44 do Decreto nº 21688/00;*

*V) - alertar a CLDF sobre a necessidade de não utilizar procedimentos subjetivos na realização da avaliação psicológica objeto do item 15 do Edital nº 01/2005, com vistas a evitar futuras demandas judiciais;”.*

É o relatório.

### VOTO

Registre-se que este processo foi recebido no meu Gabinete às 17h47 do dia 04 do corrente mês.

As pendências destes autos são resultantes de acurada análise pela Inspetoria. Acolho, em grande parte, as considerações expendidas pelo corpo técnico, tomando as demais como razão de decidir, **voto** por que o Plenário:

I – relevando a falha apontada nos autos, tome conhecimento:

a) do Edital nº 01/2005-CLDF (fls. 1 a 19), publicado no DODF de 27/10/05, que regulamenta o concurso público destinado à admissão nos cargos de Consultor Legislativo, Consultor Técnico Legislativo e Técnico Legislativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

b) dos comprovantes da publicação do aviso do concurso em jornal local, diário e de grande circulação (fls. 20 e 21);

II - solicite à Câmara Legislativa do Distrito Federal que, nos próximos concursos, observe as normas constantes do art. 6º da Resolução nº 168/04-TCDF;

III - determine à CLDF que, no prazo de 15 (quinze) dias:

a) se ainda não fez, remeta cópia do ato autorizativo para a realização de concurso regulado pelo Edital nº 01/2005, em



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



obediência ao disposto no art. 6º da Resolução TCDF nº 168/2004;

b) estabeleça, efetuando as retificações editalícias pertinentes, outra opção para a sistemática de interposição de recursos pelos candidatos, além da especificada no subitem 24.3 do Edital nº 1/2005, na forma convencional ou de maneira similar à disposta no subitem 5.9 desse edital, para a efetuação de inscrições;

c) retifique o Edital nº 1/2005-CLDF, para que:

b

1) mencione o regime jurídico pelo qual serão regidos os cargos a serem exercidos;

2) especifique, no que concerne aos cargos de Consultor Técnico Legislativo – Categorias: Inspetor de Polícia Legislativa e de Técnico Legislativo – Categoria: Policial Legislativo, que a documentação relacionada no subitem 25.1.2 seja apresentada somente no momento da posse, conforme dispõe a Lei nº 8.112/90, aplicada à CLDF na forma da Resolução-CLDF nº 35/91 (art. 74);

3) modifique o prazo máximo estabelecido para a interposição de recursos (subitem 24.2) para 3 (três) dias úteis, conforme dispõe o art. 44 do Decreto nº 21.688/2000;

IV - alerte a CLDF sobre a necessidade de não utilizar procedimentos subjetivos na realização da avaliação psicológica objeto do item 15 do Edital nº 1/2005, com vistas a evitar futuras demandas judiciais, observando, inclusive, a Súmula nº 1 do TJDF;

V – recomende à Câmara Legislativa do DF que defina se o prazo de validade do concurso será contado a partir da homologação do resultado da primeira ou da última turma convocada.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 2005.

**Marli Vinhadeli**  
**Conselheira**